



"PROJETO DE LEI Nº. 003/2023"

**DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DA CARGA HORÁRIA COM REALIZAÇÃO DE
TELETRABALHO, TRABALHO REMOTO OU TRABALHO A DISTÂNCIA DE SERVIDOR
PÚBLICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUARIBA, QUE POSSUA FILHO PORTADOR DE
NECESSIDADES ESPECIAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A Câmara Municipal de Guariba, Estado de São Paulo, em Sessão realizada no dia ____ de Fevereiro de 2023, **APROVOU** e submete à sanção e promulgação do Sr. Prefeito Municipal a seguinte . . .

LEI

Artigo 1º - Fica assegurada a realização de teletrabalho, trabalho remoto ou trabalho a distância, em 50% (cinquenta por cento) do seu expediente, sem que haja desconto equivalente em vencimentos, ao Servidor Público da Câmara Municipal de Guariba, que seja ascendente de 1º grau de pessoa portadora de necessidades especiais e que seja sob sua guarda.

Parágrafo Primeiro - Considera-se para efeitos desta Lei, conforme Decreto Federal nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, pessoa portadora de deficiência, a que possui limitação ou incapacidade para o desempenho de atividade e se enquadra nas seguintes categorias:

I - deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho das funções;

II - deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (DB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1000Hz, 2000Hz e 3000Hz;

III - deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

IV - deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidade adaptativa, tais como:

"Trabalho, transparência e compromisso com você!"



- a) comunicação;
- b) cuidado pessoal;
- c) habilidades sociais;
- d) utilização dos recursos da comunidade;
- e) saúde e segurança;
- f) habilidades acadêmicas;
- g) Lazer;
- h) trabalho;
- i) deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências;

V) pessoa com mobilidade reduzida, aquela que, não se enquadrando no conceito de pessoa portadora de deficiência, tenha por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se permanentemente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção.

Parágrafo Segundo - Considera-se para efeitos desta Lei, conforme Lei Federal nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012, Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, a qual seja portadora de síndrome clínica caracterizada na forma dos incisos I e II;

I) deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

II) padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

Artigo 2º - Na hipótese em que ambos os Pais sejam servidores públicos municipais, a redução com realização de teletrabalho, trabalho remoto ou trabalho a distância prevista no *caput* do artigo 1º desta lei, será assegurada somente a um deles, mediante escolha, porém, a alternância entre um e outro, deste que periódica.

Artigo 3º - Para se fazer jus ao benefício desta Lei, o servidor deverá apresentar requerimento acompanhado dos seguintes documentos:

- I** - Laudo Médico fornecido por profissional, aprovado pela perícia médica do Município;
- II** - Certidão de nascimento, atualizada, do filho (a) portador (a) de necessidade especial.

“Trabalho, transparência e compromisso com você!”



CÂMARA MUNICIPAL DE GUARIBA

ESTADO DE SÃO PAULO

GUARIBA
"Cidade Primavera"

§1º Será indispensável os Pareceres favoráveis do Diretor Geral da Câmara Municipal e da Procuradoria Jurídica.

§2º Deverá ser observado, tanto quanto possível, e, respeitadas as peculiaridades de cada cargo, a realização de teletrabalho e/ou trabalho remoto à distância.

Artigo 4º - O ato da redução com realização de teletrabalho, trabalho remoto ou trabalho a distância deverá ser renovado periodicamente, não podendo sua validade se estender por mais de noventa dias, nos casos de necessidades temporárias e, por mais de um ano, nos casos de necessidades permanentes.

Parágrafo Único - A redução da carga horária com realização de teletrabalho, trabalho remoto ou trabalho a distância cessará quando findo o motivo que a tenha determinado.

Artigo 5º - A redução da carga horária com realização de teletrabalho, trabalho remoto ou trabalho a distância será considerada como de efetivo exercício para todos os fins e efeitos legais.

Parágrafo Primeiro - A Câmara Municipal de Guariba fornecerá as ferramentas necessárias para a realização das atividades parciais em "home office", teletrabalho, ou trabalho à distância.

Artigo 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Guariba, 24 de Janeiro de 2023.

Cássio Aparecido Pereira
Presidente

Márcia Cristiane Maturo
Vice-Presidente

Magna Aparecida Rocha do Nascimento
1ª Secretária

Fabiano Alves de Almeida
2º Secretário

"Trabalho, transparência e compromisso com você!"